

Saudação ao Dr . Barbosa Lima Sobrinho

Orador, José Motta Maia ()*

Senhoras e Senhores,
Sr. Barbosa Lima Sobrinho,

Este é um momento marcante na vida deste Instituto, fundado há século e meio para defesa e aperfeiçoamento da ordem jurídica de nosso país, e para complementar a obra de sua soberania, representada pela Independência.

No discurso inaugural do Conselheiro Montezuma, na sessão solene de 7 de setembro de 1843, foi dito, sob a forma de um compromisso manifestado pelos mais eminentes juristas da época, que aos advogados caberia, antes de tudo, lutar pela justiça e pela verdade:

“Assim como o ofício do Juiz é *jus dicere*, não *jus dare* – entender a Lei e não fazê-la: assim também, o ministério do advogado é fazer triunfar a Justiça, e não a iniquidade, a Verdade, e não a mentira, a boa-fé, e nunca o dolo.”

Os advogados brasileiros, sob a inspiração desse ideal, têm sido exemplares no cumprimento de sua missão de guardiães do Direito, concebido este como a força e poder governante da vida social humana, derivada não do poder ou da vontade do soberano, mas da convicção jurídica do povo. Esta convicção é a única fonte de todo o Direito ou,

como prelecionaram, dentre outros, Krabe e Duguit, a regra jurídica cumpre a que se coloca acima do Estado e limita o poder de seus agentes.

O conteúdo e finalidade dessa regra jurídica são determinados pelos postulados da "solidariedade social" e justificam todas as medidas que sejam necessárias para assegurar a continuidade da administração pública, a defesa das liberdades públicas, tudo sob o signo da autoridade impessoal do Direito.

Assinala Edgar Bodenheimer que "a vida diária real dos cidadãos está dirigida atualmente por códigos profissionais interiores das fábricas, acordos comerciais e regulamentos dos clubes". Mas, no caso em que estas fontes de autoridade jurídica entrem em conflito, a última palavra na matéria cabe ao Estado" concebido como a última sede de um último resíduo de autoridade (Edgar Bodenheimer, *Teoria do Estado*, capítulo IV).

O que se realiza no Brasil de hoje, como reação contra as distorções do exercício do poder, é a afirmação da predominância do sentimento jurídico, da consciência social, que é mais poderosa do que a vontade, do que o arbítrio dos governantes.

Por isso não se pode abstrair da atividade jurídica o conteúdo da Moral. As normas da moralidade pública, e seu cumprimento se encontram exclusivamente na alma ou na consciência de cada indivíduo.

Mas não se concebe hoje divórcio absoluto entre Direito e Moral. O Direito somente pode realizar-se efetivamente em uma sociedade em que seja a norma jurídica o instrumento predominante do controle social, instrumento coativo externo do Estado de Direito.

Porque não é concebível que em uma sociedade governada pelo Direito, não haja lugar para a Moral, salvo esta como guia íntima da alma ou da consciência individual.

Reconhece-se, em mundo complexo e em transição como o em que vivemos, que as regras da moralidade incorporadas às normas jurídicas não exauzem a escala dos deveres morais: outras normas morais a elas devem ser incorporadas, implicitamente.

A esfera de ação do Direito na defesa da sociedade se amplia na medida em que nem todas as distorções ou violações dos deveres de cada indivíduo, e até dos que exercem o poder, se encontram

explicitamente definidas para efeito da aplicação das sanções destinadas a restabelecer o equilíbrio social.

Há problemas cruciais, do ponto de vista doutrinário, quanto à relação entre o processo político e o poder encarnado no Estado.

Porque o poder é suscetível, em qualquer caso, qualquer que seja a opção do ponto de vista da ciência política, o poder é suscetível de se transformar em abuso.

Leslie Lipson observa que, ante o relevo atribuído ao exercício da força pelo Estado, esta já não se considera exclusivamente instrumento incidental para o exercício da proteção que cabe ao Estado prestar à sociedade.

Há uma inversão: o que devia ser meio passa a ser fim, por si mesmo. E o que era considerado instrumento, passa a primeiro plano:

"Embora divergentes as várias conclusões sobre a ética do poder – diz Lipson –, as várias conclusões participam de origem comum e decorrem das mesmas premissas, derivam da preocupação em face das técnicas que o Estado emprega, e não dos fins que se propõe e substituem estes por aquelas como a característica do Estado." (Leslie Lipson *Os Grandes Problemas da Ciência Política*, pág. 115).

A TRADIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA

A história de nossas instituições políticas é uma triste história em que se pode registrar de forma continuada, permanente, ao longo do tempo, a negação de todos os princípios teóricos que inspiraram os movimentos de mudança.

Foi assim com a República, para não recuarmos na História, e ainda agora estamos colhendo os frutos secos de regimens distanciados dos interesses legítimos do povo, para atender aos interesses fisiológicos de uma minoria que se apossou do poder, sob as formas mais condenáveis de prática eleitoral ou política.

A fidelidade aos princípios da Moral, à Ética individual e à Ética dos costumes, à Ética no poder, se torna necessária. A moral é a essência do homem, como a definira Pascal; é a ciência dos costumes, como prelecionaram Durkheim e Levy-Bruhl, dentre outros.

A campanha republicana, pela voz de seus maiores corifeus, desnudara o regime imperial, pondo à mostra as mazelas de um sistema

superado pelo tempo e incompatível com as aspirações de progresso do Brasil.

Passados poucos meses da proclamação da República, que prometia construir um regime político à altura de nossas necessidades e revestido de moralidade pública, já se dissolvia o congresso constituinte, lançando sobre a classe política a responsabilidade pelos desmandos e pelas práticas fisiológicas de que teria resultado o empobrecimento geral do País, a depreciação rápida de todas as fortunas, a opressão e necessidades que experimentam as classes desfavorecidas da sociedade, o jogo moral da especulação, a coação posta ao Governo para os processos artificiais em matéria de câmbio, tudo, enfim, quanto pode contribuir mais eficazmente para apressar o desenlace fatal da crise (Do manifesto do Presidente Deodoro da Fonseca, de 1891, dissolvendo o Congresso).

O manifesto de Deodoro assinala ainda a tentativa de deduzir-lhe o poder através do Parlamentarismo.

Decorridos onze anos da implantação da República, Rui Barbosa, com palavras de fogo, exorciza os que, de qualquer modo, desfiguraram os ideais dos fundadores. Em março de 1900, em artigo de jornal, Rui depõe:

“Não, nunca! em toda a extensão do ensaio republicano entre nós, nunca se submergiu tão completamente a honra deste regime.

Aliás, não lhe escasseiam na crônica fatos lastimosos e pudendos. Atravessamos, em 1894, a ditadura plena, o governo de espionagem, do cárcere e do fuzil, com o lar doméstico entregue às buscas policiais, o erário ao saque dos cortejos, o crédito público às emissões clandestinas, a vida humana ao espingardeamento, a educação de nossos filhos ao espetáculo de todos os crimes, ao comércio de todas as corrupções” (no jornal *A Imprensa*, de 14 de março de 1900).

Esses foram os começos de um regime que nos prometia a felicidade e que se degradou, ao longo de mais de um século, com as práticas que se dizem democráticas e representam a negação de tudo o que signifique o interesse público.

Chegamos, hoje, a uma situação crítica, que leva muitos à descrença

definitiva na construção de uma sociedade civilizada, justa e voltada para os mais elementares e legítimos interesses do povo.

Várias causas são apontadas para esse estado de coisas, como se fora uma fatalidade a prática viciosa do regime de Estado de Direito e da promoção do bem-estar geral. A verdade é que a classe política brasileira não tem correspondido às aspirações da sociedade, e os defeitos do fisiologismo e do patrimonialismo que têm caracterizado, desde os começos da República, a conduta dos políticos, com raras exceções, estão hoje, mais do que nunca, a exigir mudanças com vistas à prática democrática efetiva.

Nem se diga que o mal é característica do Brasil, porque mesmo no país que é apontado como o modelo de regime democrático, os Estados Unidos, o desgaste da classe política, seu desprestígio perante a opinião pública, vai levando ao desprezo pelos partidos políticos. Essa constatação foi feita em valioso ensaio do prof. Roy Rosen, de Massachussets, na *Boston Review*, a propósito do fenômeno das últimas eleições presidenciais. O Prof. Rosen registra a transformação da política americana em uma teledemocracia, com o surgimento do candidato Ross Perot, uma réplica ao teatro de absurdo de Becket, em que os personagens esperam pelo enigmático Godot, personagem de que ninguém tinha notícia, ninguém sabia quem era nem quando surgiria para satisfazer as esperanças e as ilusões perdidas.

Barbosa Lima

Barbosa Lima Sobrinho é o modelo do homem dedicado à promoção do bem público, à defesa intransigente dos interesses nacionais, não com a emoção irracional do radicalismo de qualquer espécie, mas com a convicção formada por um pensamento vigoroso e conhecimento da realidade brasileira.

Seu nacionalismo tem raízes profundas na alma do povo brasileiro e se inspira na necessidade de preservar a dignidade e a soberania do País, em face às investidas e ao assédio das forças externas imperialistas.

Ao observar que o nacionalismo é um fenômeno especificamente moderno – não tem mais de duzentos anos – Francis Fukuyama, o divulgador do fim da história, sustenta textualmente:

“Parece que os Nacionalismos têm certa história de vida.

Em alguns estágios de desenvolvimento histórico, como nas sociedades agrícolas, não existiam na consciência dos povos. Seu crescimento é mais intenso no ponto de transição para a sociedade industrial, ou um pouco mais tarde, e intensifica-se mais ainda quando são negadas a um povo que acaba de passar pelas primeiras fases da modernização econômica, a identidade nacional e a liberdade política.” (*O Fim da História e o Último Homem*, pág. 327).

O nacionalismo que comanda, ao longo de muitos anos, a atividade e o pensamento de Barbosa Lima Sobrinho é o que se poderia chamar o nacionalismo positivo, que não se pode confundir com xenofobia, que em sua própria compreensão acabaria por prejudicar o Brasil, um nacionalismo negativo “quanto aos interesses e ao futuro do País”.

“Nacionalismo negativo – sustenta, à certa altura de suas manifestações em defesa dos interesses legítimos do Brasil – é o que não rende nada aos seus defensores, ou rende apenas valores negativos como prisões, sacrifícios, renúncias e vetos de toda a ordem. Nacionalismo positivo sob esse critério pessoal, pode render fortunas e alimentar ordenados polpudos, pagos pelas empresas estrangeiras a troco de nenhum trabalho ou, sobretudo, a troco de influências políticas”. (*in Estudos Nacionalistas*, pág. 136).

O elogio de Bilac e de Alberto Torres, dois nacionalistas, traduz o ponto de afinidade com Barbosa Lima, quando Alberto Torres diz: “O nosso nacionalismo não é uma aspiração sentimental, nem um programa doutrinário que pressuponha um colorido mais forte do sentimento ou do conceito patriótico. É um simples movimento de restauração conservadora ou reorganizadora”.

O que Barbosa Lima defende é, para usar suas próprias expressões, um nacionalismo armado das forças centrípetas e centrífugas que o completam e que tanto concorrem para impedir os brasileiros ao encontro do próprio Brasil, como para expelir intromissões, ameaças e perigos que possam comprometer essa unidade ou reduzir o poder do Brasil na posse e direção de seus próprios destinos”.

O bom nacionalismo, segundo a lição dos cientistas sociais, pressupõe uma série de lealdades dispostas hierarquicamente, tais como o orgulho das realizações da Nação, a veneração pela sua grandeza histórica, a devoção às suas realizações culturais e a estima pelos seus

compatriotas, segundo a lição de Hayes.

Destacamos esse aspecto da personalidade de Barbosa Lima porque nos parece que esse ideal nacionalista comanda, prioritariamente, seu pensamento e sua atividade de homem público, com um desdobramento natural que resulta da autenticidade de sua posição ideológica em benefício do povo brasileiro.

O grande homem

Estamos diante de um homem que, pela sua atuação na vida do País, se tornou credor da admiração e da gratidão do povo brasileiro, servindo às suas mais gratas aspirações.

Trata-se de um homem dotado daquela grandeza retratada por Jaspers:

“O grande homem é como um reflexo da totalidade do ser. É o espelho ou representante do ser. Não se perde em planos imediatos, sua manifestação no mundo é verdadeira irrupção no mundo, formoso espetáculo de perfeição (...) Unicamente o que se enlaça à totalidade da existência humana, à totalidade do ser, à transcendência, pode adquirir grandeza”.

Senhor Barbosa Lima Sobrinho,

Sua presença nesta Casa de século e meio de luta pelo Direito é uma lição que ficará em nossos registros dos maiores episódios culturais dos nossos maiores, desde os fundadores.

Há três dias, V. Excia. conclamava, em artigo de jornal, pela reação em prol do Brasil, com uma mensagem eloquente em que diz:

“Enganam-se aqueles que, em nome de uma visão distorcida da modernidade, vêem como relíquias antiquadas os valores republicanos básicos: honra, caráter e honestidade. Longe de serem palavras de ordem reacionária, possuem forte conteúdo transformador. A denúncia da crise moral que atravessamos é uma ruptura com um Brasil passado e presente que devemos repudiar”.

É uma condenação, mas também um ato de fé e de esperança, de confiança na capacidade de revalorização do homem brasileiro.

Saudamos em V. Excia. o propósito de dignificar a atividade pública e as instituições que servem de suporte à grandeza nacional, e a fé nos

destinos da pátria comum, dilacerada, hoje, pelos erros de alguns homens em detrimento da Nação brasileira.

(*) O presente texto é uma saudação ao dr. Barbosa Lima Sobrinho, na oportunidade em que o mesmo pronunciou conferência no IAB, no ciclo dedicado ao tema, "A Ética e o Poder."

Medalha Teixeira de Freitas para o Ministro Evandro Lins e Silva

Discurso do agraciado em solenidade no dia 11 de agosto de 1993

Grassava a Segunda Grande Guerra, com todos os seus horrores, nações invadidas, povos subjugados, cidades arrasadas, navios afundados, perversa eliminação de minorias raciais, acintoso desrespeito às convenções internacionais para a garantia de prisioneiros e habitantes civis dos territórios ocupados, flagrantes e brutais violações dos direitos humanos. Era uma tragédia dantesca, no seu auge, que assolava a Humanidade e se estendia, por terra e mar, a todos os recantos do mundo. Para retratar aquela hecatombe, que não tenho palavras para definir, valho-me dos versos de Camões, o poeta gênio da língua portuguesa: "na terra tanta guerra, tanto engano... no mar tanta tormenta, tanto dano..."

Internamente, vivíamos sob um regime de férrea ditadura, inspirado no modelo autoritário do fascismo, com o Parlamento fechado, a imprensa sob censura, os cidadãos sem garantias, o Judiciário despojado de suas prerrogativas, impedido de ouvir o clamor e julgar as súplicas dos perseguidos políticos, as prisões repletas dos adversários de todos os matizes ideológicos, opositores de um governo ilegítimo e